

Questão Discursiva 05221

Ao contestar os pedidos de uma reclamação trabalhista, a empresa reclamada fundou suas alegações nas anotações que fez na Carteira de Trabalho do reclamante. Em virtude disso e atendendo requerimento da parte, o juiz determinou a exibição daquele documento, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos alegados na defesa. No prazo legal, o reclamante disse não poder apresentar a Carteira de Trabalho porque esta ficou retida em poder de outra empresa para quem trabalhara após o contrato de emprego que mantivera com a reclamada. Dadas as circunstâncias, a reclamada requereu ao juiz que suspendesse o feito e determinasse que aquela outra empresa exibisse o documento. Deferido o pedido, aquela empresa negou a obrigação de exibi-lo em virtude do que, após audiência, o juiz proferiu sentença incidental determinando a exibição da CTPS. Trazido aos autos aquele documento, a reclamada argüiu sua falsidade, alegando que as anotações que fez não eram aquelas ali registradas pelo que requereu e foram deferidas a suspensão do processo e a perícia no documento seguida com sentença que resolveu o incidente declarando falso o documento. Responda fundamentadamente:

- a) Estão corretas as suspensões do feito deferidas pelo juiz nos dois incidentes?
- b) Qual o recurso cabível da sentença que determinou a exibição da CTPS? Quem está legitimado para recorrer?
- c) Qual o recurso cabível da sentença que declarou falso o documento?